CONCESSIONÁRIA ROTA DO OESTE S.A.

Relatório de revisão do auditor independente

Informações contábeis intermediárias Em 31 de março de 2025

EAV/RC/CTPN/JCO 3559/25

CONCESSIONÁRIA ROTA DO OESTE S.A.
Informações contábeis intermediárias Em 31 de março de 2025
Conteúdo
Relatório da Administração
Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias
Balanços patrimoniais intermediários
Demonstrações do resultado intermediárias
Demonstrações do resultado abrangente intermediárias
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido intermediárias
Demonstrações dos fluxos de caixa intermediárias
Demonstrações do valor adicionado intermediárias

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias



Comentário de Desempenho 1T25

Aos Acionistas

A administração da Concessionária Rota do Oeste S.A. ("Concessionária", "Nova Rota", "Companhia") submete à apreciação o Relatório da Administração ("Relatório" ou "RA"), acompanhado das Demonstrações Financeiras Intermediárias e do Relatório do Auditor Independente, relativos ao exercício findo em 31 de março de 2025, com os temas considerados relevantes para divulgação junto à sociedade, parceiros, investidores e Usuários da Rodovia.

O Comentário de Desempenho apresenta comentários sobre a performance da Concessionária e seus destaques no período analisado para melhor atendimento aos nossos Usuários. Este documento é elaborado com base nas boas práticas de apresentação, assim como as determinações legais da Lei 6.404/1976 ("Lei das S.A.") e orientações da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), considerando, também, as disposições estabelecidas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT") no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Exploração da Infraestrutura Rodoviária Federal ("Manual de Contabilidade ANTT").

1. Perfil da Companhia

A Concessionária Rota do Oeste S.A. ("Concessionária", "Nova Rota", "Companhia") foi constituída em 27 de dezembro de 2013, com o propósito de explorar o lote da BR-163/MT, no trecho rodoviário com extensão total de 850,9 km – sendo 822,8 km na BR-163 e 28,1 km na BR-070, entre os municípios de Itiquira (divisa com o Mato Grosso do Sul) e Sinop – passando por 19 (dezenove) municípios do estado do Mato Grosso, entre eles a capital Cuiabá.

A Concessionária tem o objetivo de executar os serviços correspondentes às funções operacionais, de conservação, recuperação e de ampliação da BR-163 MT, por meio do Contrato de Concessão "EDITAL Nº 003/2013, Parte VII", assinado pela União, através da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), e a Concessionária Rota do Oeste S.A. em 12 de março de 2014, com duração prevista de 30 (trinta) anos, contados a partir de 21 de março de 2014, data de assunção do contrato ("CONTRATO").

O Termo de Ajustamento de Conduta na modalidade Plano de Ação ("TAC" ou "TAC Plano de Ação"), assinado em 04 de outubro de 2022 entre a Concessionária e a ANTT, viabilizou, em 05 de maio de 2023, a transferência da totalidade das ações da Companhia para a MT Participações e Projetos S.A. ("MTPAR"), sociedade de economia mista que tem como sócio majoritário o Governo do Estado de Mato Grosso, conforme regrado nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações avençado entre as partes.

A Nova Rota, até o trimestre findo em 31 de março de 2025 (1T25), é controlada diretamente pela MTPAR, conforme organograma abaixo:



Os principais investimentos em ampliação de capacidade e melhorias na BR-163/MT serão realizados em até 08 (oito) anos e estão regrados conforme o TAC Plano de Ação, assinado em 04 de outubro de 2022.



A Administração da Concessionária mantém o compromisso com o Poder Concedente e os Usuários da Rodovia no fiel e tempestivo cumprimento de todas as suas obrigações abarcadas no Contrato de Concessão e no TAC Plano de Ação.

1.1. Destaques Operacionais e Financeiros

A Companhia anuncia suas Informações Trimestrais para a data de referência do 1T25. As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as normas e pronunciamentos da Comissão de Valores Mobiliários — CVM. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao trimestre findo em 31 de março de 2025, comparado com o mesmo período de 2024.

- ★ Redução de 1,0% do tráfego em VEQ¹/dia em relação ao primeiro trimestre de 2024;
- → EBITDA ajustado no 1T25 totalizou R\$ 89.247 mil, com margem EBITDA de 60,1%, variação negativa de 19,9% ante ao mesmo período de 2024 (R\$ 111.441 mil, margem de 69,9%);
- → Os investimentos no 1T25 totalizaram R\$ 286.087 mil em Obras de ampliação, recuperação e melhorias em Infraestrutura na BR-163/MT, representando um aumento de 140,6% em comparação ao realizado no mesmo período em 2024.

1.2. Perspectivas

Desde a troca de controle acionário para a MTPAR e início da eficácia do TAC Plano de Ação, a Administração da Concessionária envidou esforços junto às principais partes estratégicas e interessadas na execução dos investimentos repactuados com o Poder Concedente.

Até 31 de março de 2025, a Concessionária possuía cinco frentes concomitantes de duplicação da BR-163/MT e havia disponibilizado aos Usuários: (i) 98 km de pista nova (duplicação); a (ii) 02 (duas) pontes; (iii) 602 km de pista recuperada ao longo de toda a rodovia em trechos sem obras de duplicação, e também nos perímetros urbanos dos municípios de Nova Mutum, Sorriso, e no trecho entre Rosário Oeste e Cuiabá; (iv) 05 (cinco) passarelas de pedestres; (v) 214 km de fibra óptica; (vi) 03 (três) Bases definitivas do Sistema de Atendimento ao Usuário ("SAU"); (vii) 35 novas câmeras de monitoramento – CFTV.

Em relação ao relacionamento com o Poder Concedente, no 1T25 a Companhia assinou junto ao Poder Concedente 03 (três) termos aditivos de seus instrumentos contratuais, destacando-se entre eles o 15º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, que inclui a prestação de serviços de manutenção e operacionalização de radares de controle de velocidade na BR-163/MT.

2. Desempenho Econômico-Financeiro

2.1. Tráfego

O Tráfego da BR-163/MT é totalmente influenciado pelo transporte de cargas e mercadorias da cadeia do agronegócio. Isso se deve à importância da região beneficiada pela rodovia, que é um polo produtor nacional de destaque de soja, milho e algodão, além da criação de gado. O estado de Mato Grosso é um dos mais importantes centros de agricultura e pecuária do Brasil, sendo líder na produção de grãos no país.

¹ VEQ –Veículos Equivalentes em Eixos: é uma unidade de medida de volume de tráfego pedagiado (número de veículos multiplicado pelo número de eixos pagantes).



Para o ano de 2025, a produção agrícola no Estado do Mato Grosso tem previsão de aumento nas culturas de soja, milho e algodão, sendo 30,3% na produção de soja,3,63% na produção de milho e 2,07% na produção de algodão, comparando a safra 24/25 frente a safra de 2023/24.

Abaixo segue o quadro do volume, em milhares, de veículos absolutos ("VAB") pedagiados no trecho concedido durante o primeiro trimestre de 2025 e sua variação com o primeiro trimestre de 2024, detalhado em Veículos Leves e Pesados.

VAB (em milhares)			
Categoria	1T25	1T24	Var. (%)
Pesados	3.637.836	3.729.429	(2,5%)
% Veículos Totais	53%	54%	(0,6) p.p.
Leves	3.236.784	3.236.710	0,0%
% Veículos Totais	47%	46%	0,6 p.p.
Total VAB	6.874.620	6.966.139	(1,3%)
VAB/Dia (VDMA)	76.385	76.551	(0,2%)

No primeiro trimestre de 2025, observou-se que o tráfego de Veículos Leves se manteve no patamar do primeiro trimestre de 2024, enquanto o tráfego de Veículos Pesados registrou uma redução de 0,6%, totalizando uma redução geral em Veículos Absolutos de 1,3% em comparação ao mesmo período do ano passado.

A média diária de veículos passantes na rodovia no trimestre encerrado em 31 de março de 2025 foi de 76 mil veículos, repetindo o patamar do 1T24.

Devido à predominância do tráfego de Veículos Pesados, a conversão para o Tráfego Equivalentes em Eixos ("VEQ"), que representam 87% do total no primeiro trimestre de 2025, a redução total do Tráfego em VEQ tende a se aproximar das taxas de redução da categoria de Veículos Pesados, conforme demonstrado na tabela abaixo.

VEQ (em milhares)			
Categoria	1T25	1T24	Var. (%)
Pesados	22.096.950	22.636.777	(2,4%)
% Veículos Eq. Totais	87%	88%	(0,3) p.p.
Leves	3.205.707	3.208.630	(0,1%)
% Veículos Eq. Totais	13%	12%	0,3 p.p.
Total VEQ	25.302.657	25.845.407	(2,1%)
VEQ/Dia (VDMAEq)	281.141	284.015	(1,0%)

Em conclusão, quando observado o fluxo de veículos em VEQ, há redução de 2,1% no fluxo total de Tráfego no 1T25 comparado ao 1T24.

Conforme explicado anteriormente, isso é devido à proporção do VEQ que apresenta uma distribuição de 87% do total em eixos de Veículos Pesados, os quais são afetados pela queda das exportações brasileiras dos principais produtos agropecuários do Mato Grosso, fato esse devido ao atraso no plantio da soja que causou, por fim, atrasos na colheita da safra e, consequentemente, gerou um gargalo logístico em todo o Brasil.



2.2. Receitas

Descrição	1T25	1T24	Var. (%)
Receitas de Pedágio	160.089	172.165	(7,0%)
Receitas Acessórias e Outras	1.759	1.625	8,3%
Receita de Construção (ICPC 01)	286.087	118.930	140,6%
Receita Bruta (com ICPC 01)	447.935	292.720	53,0%
Tributos/deduções sobre serviços de operação	(13.295)	(14.396)	(7,7%)
Outras deduções	(22)	(16)	32,5%
Receita Líquida (com ICPC 01)	434.619	278.307	56,2%
Receita Líquida (sem ICPC 01)	148.531	159.377	(6,8%)

No primeiro trimestre de 2025, a Receita de Pedágio apresentou redução de 7,0% em relação ao mesmo período de 2024. Essa redução é explicada pela redução de tráfego destacada no quadro do tópico 2.1. Tráfego, assim como a redução de 5,0% da Tarifa Média² do 1T25 em relação ao 1T24.

A conta de Receitas Acessórias registrou um aumento de 8,3% em relação ao mesmo período de 2024, motivada principalmente pela inclusão de novos contratos de uso da faixa de domínio da Rodovia no 1T25 em relação ao 1T24

A Receita de Construção, reconhecida conforme ICPC 01 (R1), representa o registro contábil das obras realizadas pela Companhia. No 1T25, houve um aumento de 140,6% sobre o primeiro trimestre de 2024, devido ao avanço nas obras de duplicação e melhorias na rodovia. Maiores detalhes quanto às frentes de serviço da Concessionária se encontram no tópico 2.7 Investimentos.

2.3. Custos e Despesas

Descrição	1T25	1T24	Var. (%)
Custos dos serviços	(45.394)	(37.126)	22,3%
Custos de obra de infraestrutura (ICPC 01)	(286.087)	(118.930)	140,6%
Depreciação e Amortização	(34.467)	(21.385)	61,2%
Provisão para Conserva Especial (ICPC 01)	(12.382)	-	
Despesas Gerais e Administrativas	(13.347)	(11.825)	12,9%
Total Custos e Despesas (com ICPC 01)	(391.677)	(189.266)	106,9%
Total Custos e Despesas (sem ICPC 01)	(93.207)	(70.336)	32,5%
Resultado Operacional (sem ICPC 01)	55.324	89.041	(37,9%)
Margem Operacional ³	37,2%	55,9%	(33,3%)

³ Margem Operacional é calculada sobre a Receita Líquida sem a Receita de Construção (ICPC 01).

² Tarifa Média é calculada dividindo a Receita de Pedágio (bruta) pelo Tráfego em VEQ do período.



O Custo dos Serviços apresentou um aumento de 22,3% no 1T25, reflexo do aumento de 27% na rubrica de Custos e Conservação da Rodovia, relacionada à manutenção dos trechos duplicados na rodovia, reflexo do aumento das entregas dos trechos duplicados nos dois primeiros anos do TAC Plano de Ação.

O Custo de obra de infraestrutura, reconhecido como Custo de Construção conforme ICPC 01 (R1) apresentou aumento de 140,6% no 1T25 em comparação ao mesmo período do ano anterior, vide explicação no **tópico 2.2. Receitas** e detalhamento no **tópico 2.7 Investimentos**. Em consonância com a retomada dos investimentos, a rubrica de Depreciação dos bens da rodovia também registrou um aumento.

As Despesas Gerais e Administrativas cresceram 12,9% em comparação a 2024, reflexo do aumento de indenizações judiciais, aumento no quadro de funcionários administrativos, e aumento em despesas de Viagens e Brindes.

2.4. EBITDA Ajustado

Descrição	1T25	1T24	Var. (%)
Receita Líquida (sem ICPC 01)	148.531	159.377	(6,8%)
(-) Custos dos serviços	(45.394)	(37.126)	22,3%
(-) Despesas Gerais e Administrativas	(13.347)	(11.825)	12,9%
(+) Provisões	(544)	1.015	(153,6%)
EBITDA	89.247	111.441	(19,9%)
Margem EBITDA⁴	60,1%	69,9%	(9,8) p.p.

O EBITDA Ajustado no primeiro trimestre de 2025 foi de R\$ 89.247 mil, representando uma redução de 19,9% em relação ao resultado do mesmo período de 2024. A margem EBITDA, calculada sobre a Receita Líquida Operacional, apresentou uma redução de 9,8 pontos porcentuais. A variação negativa no primeiro trimestre de 2025 ante 2024 é explicada, principalmente, pelo aumento nas rubricas de Custos e Despesas da Concessionária, conforme explicado no tópico 2.3. Custos e Despesas.

2.5. Resultado Financeiro

Descrição 1T25 1T24 Var. (%) Receitas de Aplicações Financeiras 12.608 15.483 (18,6%)Outras Receitas Financeiras 209 200 4,6% Despesas Financeiras (21.569)(1.686)1179,6% Resultado Financeiro Líquido (8.752)13.997 (162,5%)

O resultado financeiro no 1T25 em comparação com o 1T24 reflete o aumento das Despesas Financeiras em relação ao 1T24, quando não havia despesas com Empréstimos e Financiamentos, enquanto em 2025 estão registradas as despesas de juros e indexação do Financiamento de Longo Prazo da Concessionária. Mais detalhes sobre os Passivos Financeiros na Nota Explicativa específica desse tema.

7

⁴ Margem EBITDA é calculada sobre a Receita Líquida sem a Receita de Construção (ICPC 01).



2.6. Endividamento

Descrição	31 de março de 2025	31 de março de 2024	Var. (%)
(+) Dívida Bruta	1.638.037	1.008.727	62,4%
(+) Arrendamento mercantil operacional	8.914	9.774	(8,8%)
(-) Custos de Transação	(75.100)	-	-
(-) Caixa e Equivalente de Caixa e Aplicações Financeiras	(994.949)	(539.666)	84,4%
(=) Dívida Líquida	576.902	478.835	20,5%

Ao final do primeiro trimestre de 2025, o endividamento líquido da Companhia apresentou um aumento de 20,5% frente ao mesmo período do ano anterior, totalizando R\$ 576.902 mil, resultado da 2ª emissão de debêntures da Concessionária em dez/24, além do aumento do saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa, motivado pelo aporte obrigatório exigido pelos Instrumentos do Financiamento de Longo Prazo e o desembolso da 1ª série de debêntures da 2ª emissão.

2.7. Investimentos

Os investimentos acumulados no primeiro trimestre de 2025 totalizaram R\$ 286.087 mil, que contempla a Receita de Construção, custos com Conserva Especial, compras de materiais, máquinas, veículos, entre outros, tendo sido destinados principalmente em:

Principais Obras, por Trecho da Rodovia (R\$ mil)	
Trecho Norte - km 507 Ao km 855	Status em 31/03/2025
Duplicação Sinop ao km 855	Em andamento
Duplicação Sorriso a Sinop	Em andamento
Duplicação Nova Mutum a Lucas do Rio Verde	Em andamento
Duplicação Posto Gil a Nova Mutum	Em andamento
Diamante 29 (Sinop) - km 838+800	Em andamento
Diamante 28 (Sinop) - km 834+700	Em andamento
Adequação de Parâmetros 60 Meses: Perímetro Urbano de Sinop	Concluído
Diamante 26 (Sinop) - km 814+040	Em andamento
Diamante 24 (Sinop) - km 758+340	Em andamento
Passarela 08 (Sinop) - km 840+000	Concluído
Escritório da ANTT (Sinop) – km 834+900	Concluído
Passarela 04 (Sorriso) – km 752+000	Concluído
Adequação de Parâmetros 60 Meses: Perímetro Urbano de Sorriso	Concluído
Fibra Óptica - km 690 ao km 855	Concluído
Passarela 01 (Lucas do Rio Verde) - km 688+000	Concluído
Diamante 13 (Nova Mutum) - km 606+550	Em andamento
Retorno em Desnível ID-3 (Nova Mutum) - km 602+200	Em andamento



Principais Obras, por Trecho da Rodovia (R\$ mil)	
Diamante 19 (Nova Mutum) - km 599+200	Em andamento
Passarela 02 (Nova Mutum) - km 595+620	Concluído
Diamante 18 (Nova Mutum) - km 593+300	Em andamento
Adequação de Parâmetros 60 Meses: Perímetro Urbano de Nova Mutum	Concluído
Fibra Óptica - km 592 ao km 640	Em andamento
Diamante 17 (Nova Mutum) - km 543+900	Em andamento
Trecho Centro - km 261,9 Ao 320,9 km 321,3 Ao km 507	Status em 31/03/2025
Duplicação Rodovia dos Imigrantes – Trecho Cuiabá	Em andamento
Fibra Óptica - km 460 ao km 577,7	Em andamento
Fibra Óptica - km 398 ao 460	Em andamento
Fibra Óptica - km 120 ao 302	Em andamento
Adequação de Parâmetros 60 Meses – Trecho 108 km 353,5 ao km 358,42 (BR-364)	Concluído
Construção da base definitiva SAU 10 – km 451,2	Em andamento
Construção da base definitiva SAU 09 – km 450,5	Em andamento
Construção da base definitiva SAU 11 – km 496,7	Em andamento
Trecho Sul - km 0 Ao km 261,9	Status em 31/03/2025
Fibra Óptica - km 0 ao 120	Em andamento
Adequação de Parâmetros 60 Meses – Trecho Sul: km 0 ao 130	Em andamento
Adequação Trecho DNIT entre Jaciara e Rondonópolis	Em andamento
Construção da base definitiva SAU 05 – km 212,500	Em andamento
Construção da base definitiva SAU 04 – km 167,200	Concluído

3. Informações da Companhia

3.1. Gestão de Pessoas

A Companhia possui uma Cultura humanista, focada nas Pessoas, e atua com base em conceitos como meritocracia, transparência e resultados. A base para integração de pessoas dentro da empresa é feita sob a confiança nos integrantes e em sua capacidade de buscar seu autodesenvolvimento pessoal e profissional. Seus pilares são a orientação para os resultados, a descentralização da gestão através da delegação planejada, e a educação pelo e para o trabalho.

No âmbito estratégico, sua finalidade é direcionar os esforços para geração de resultados e reforçar nossa cultura.

A Nova Rota terminou o primeiro trimestre de 2025 com o efetivo de **1.025** integrantes diretos (não incluindo estagiários e aprendizes).



3.2. Atendimento ao Usuário

A Nova Rota presta serviços de atendimento ao usuário, com a disponibilização de 18 bases operacionais, serviço de atendimento médico com 16 ambulâncias de resgate e 5 UTI's com médico, 22 viaturas de inspeção, 26 guinchos para atendimento a veículos de passeio e 12 para atendimento exclusivo a caminhões, além de 6 caminhões de combate a incêndio (caminhõespipa) e 5 veículos para apreensão de animais.

Toda esta estrutura está disponível a todos os usuários da rodovia, assim como o telefone de emergência gratuito (0800 065 0163), que registrou 13.357 ligações pelo canal no 1T25 uma redução de -15,7% em relação ao 1T24 que registrou 15.856, além do Centro de Controle de Operações ("CCO"), que monitora a rodovia 24 horas por dia. Durante o período de **janeiro a março de 2025** o CCO registrou 32.082 ocorrências, um aumento de 5,5% em relação ao mesmo período de 2024, destacando-se:

- → 16.616 acionamentos para atendimento mecânico e apoio operacional pelos veículos de inspeção de tráfego, guinchos e combate a incêndio, um aumento de 5,5% em relação a 2024;
- ★ 5.410 acionamentos para remoção de veículos, um aumento de 1,8% em relação a 2024;
- ★ 2.254 acionamentos para as ambulâncias, um aumento de 15,1% em relação a 2024;
- → A Concessionária atendeu, desde a implantação dos serviços operacionais, 1.196.677 ocorrências e acidentes.

3.3. Governança

A Concessionária Rota do Oeste S.A. é uma sociedade anônima, de propósito específico, de capital aberto registrada na categoria "B" perante a CVM, criada sob a forma de subsidiária integral da sua então controladora, a OTP Rodovias S.A.

A estrutura de Governança Corporativa da Companhia está atualmente calçada em duas entidades principais, o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva da Companhia.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração deve ser composto de, no mínimo, três e, no máximo, seis membros efetivos e seus respectivos suplentes, a serem eleitos e destituídos a qualquer tempo pela Assembleia Geral da Sociedade, com um mandato unificado de dois anos, sendo permitida a reeleição.

O Conselho de Administração tem sua atuação definida no âmbito institucional da organização, atuando na fixação da orientação geral dos negócios da Companhia, na análise dos relatórios da administração, demonstrações contábeis e contas da diretoria, na convocação de assembleias, na aprovação do plano de negócios, entre outras atribuições.

A Diretoria é o órgão executivo e de representação da Companhia, deve ser composta de no mínimo dois e, no máximo, quatro diretores eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração. Dentre eles, a função de Diretor Presidente e de Relação com Investidores é obrigatória, enquanto os demais, em número de até três, não possuem designação específica. Estes são eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de dois anos, admitida a reeleição.



A Companhia implantou, em 2014, um sistema de conformidade, e desde então vem aprimorando-o com o objetivo de endereçar regras e procedimentos para assegurar a conformidade dos negócios com os requisitos legais e princípios de conduta ética, íntegra e transparente ("Sistema de Conformidade"). Esse sistema de conformidade inclui: (i) reporte do Responsável de Conformidade ao Conselho de Administração; ii) Comitê de Ética, com calendário de reuniões periódicas; iii) programa contínuo de capacitação e comunicação aos integrantes; iv) processo de análise reputacional de terceiros e o engajamento dos parceiros comerciais, por meio da inclusão de dispositivos contratuais, com a obrigatória adesão ao código de conduta do fornecedor e à cláusula anticorrupção; v) avaliação de riscos; vi) auditorias de processos; e vii) disponibilização de um canal de Linha de Ética gerenciado por empresa especializada e independente, para recebimento de eventuais relatos sobre Desvios de Condutas.

Em 02 de maio de 2023, em atendimento a um dos itens do TAC Plano de Ação, indicado anteriormente neste relatório, foi concluída a transferência da totalidade das ações para a MT Participações e Projetos S.A. ("MTPAR"). Com a troca do controle acionário da companhia, a Política de Conformidade e o Código de Ética e Conduta da Companhia foram submetidos à deliberação do Conselho de Administração, sendo integralmente ratificados pela nova gestão.

4. Responsabilidade Social

4.1. Desempenho Social

No 1T25, a Nova Rota gerou ingressos de recursos direto aos cofres de 19 municípios lindeiros, no valor de R\$ 7.643 mil, a título de ISSQN sobre a arrecadação do pedágio, e R\$ 6.560 mil a título de ISSQN, sobre os investimentos realizados nas obras da BR-163/MT. O montante total repassado do 1T25 (R\$ 14.202 mil) é 21,8% superior ao do 1T24 (R\$ 11.657 mil).

A geração de ISS aos municípios possibilita um reforço no investimento em educação, saúde, infraestrutura, entre outras áreas, de acordo com a avaliação e necessidade da administração.

4.1. Programas realizados em 2025

4.1.1. Diversidade e Inclusão

O comprometimento com a construção de uma cultura baseada no pertencimento é reforçada com a realização do programa de letramento em Diversidade, Inclusão, Equidade e Pertencimento ("DIEP") por meio de turmas presenciais.

De 02 de janeiro a 31 de março, a área de Responsabilidade Social da Concessionária atingiu a marca de mais de 450 integrantes capacitados, contados desde o início do programa.



Virtualmente, mais de 1.000 integrantes foram capacitados na plataforma de educação on-line da Concessionária. Os seguintes temas fazem parte da pauta da capacitação do Programa DIEP:

- Conceito de Diversidade, Inclusão, Equidade ("DIEP") alinhar os conceitos de DIEP:
- → Fortalecer a cultura de diversidade e inclusão na empresa;
- Segurança Psicológica;
- → Igualdade x Equidade;
- Diversidade de Gênero:
- + LGBT Fobia:
- → Igualdade de Gênero;
- Machismo;

- Diversidade Étnico-Racial;
- Racismo;
- Vieses Inconscientes:
- Diversidade Geracional;
- + Etarismo;
- Capacitismo
- Micro-agressões
- → Conformidade e Código de Ética e Conduta

Também faz parte do Programa DIEP a "Conversa Diversa", uma série de bate-papos descontraídos em tempo real, realizado em formato on-line e destinado ao público interno da Concessionária, que têm o objetivo de dar voz aos grupos minorizados da Nova Rota do Oeste, tirando-os da invisibilidade e promovendo a representatividade. Durante esses encontros, palestrantes e integrantes da Nova Rota compartilham suas inspiradoras histórias de dificuldades, de resistência, mas principalmente, de superação e esperança.

O 1º Episódio de 2025, realizado em 27 de março, o protagonismo foi das mulheres que estão envolvidas com a virada de chave pela qual a Nova Rota passará a partir de 2026, com a mudança do processo de compras de regime privado para a licitação, em decorrência do término do período de transição concedido pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso ("TCE-MT"). Na pauta, a apresentação do caso de sucesso da Sra. Shirley Carvalho, Superintendente de Licitações e Contratos da Infra S.A., empresa pública vinculada ao Ministério dos Transportes.

Já em 28 de março de 2025, foi realizado o 2º Conversa Diversa, em edição especial do Mês da Mulher, com uma apresentação sobre o empoderamento feminino com a psicóloga Elizabeth Hertel, responsável pelas psicoterapias administradas para integrantes da Nova Rota do Oeste. A pauta do evento trouxe casos reais de problemas psicológicos recorrentes que são vivenciados, em sua maioria, pelo quadro feminino da Concessionária, com orientações para aquelas que porventura estejam passando pelas mesmas situações.

4.1.2. Movimento "Todos por Elas" – Edição 2025

A Nova Rota do Oeste participa ativamente de um dos mais importantes movimentos sociais da atualidade, que tem por objetivo conscientizar a sociedade, principalmente os homens, para o combate à violência doméstica contra a mulher e a violência e abuso sexual contra crianças e adolescentes, o Movimento "Todos Por Elas".

Idealizado pelo Poder Judiciário Federal e Estadual, o movimento tem sua base no município de Rondonópolis, onde são realizadas ações mobilizadoras em empresas de transportes e nas rodovias que interceptam o município, além de distribuição de materiais de conscientização em toda a BR-163 por meio dos atendimentos feitos nas praças de pedágio da concessionária.



São parceiros do Movimento: Poder Judiciário de Mato Grosso, Polícia Rodoviária Federal ("PRF"), Serviço Social do Transporte e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte ("SEST SENAT") de Rondonópolis, Prefeitura de Rondonópolis, Associação dos Transportadores de Cargas ("ATC") de Rondonópolis, Sindicato das Empresas de Transporte de Cargas de Rondonópolis e Região ("SETCARR"), Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Terrestres de Rondonópolis e Região ("STTRR"), Associação Comercial e Empresarial do município de Rondonópolis, Associação Nacional das Empresas de Transporte de Cargas ("ANATC"), dentre outros.

A participação da Nova Rota no Movimento "Todos por Elas" em 2025 contou com as seguintes ações:

- Contribuição na promoção de encontros regionais em outras cidades estratégicas ao longo da BR-163/MT;
- → Apresentação do Movimento e convite para que empresas de transporte do Estado adiram ao movimento;
- Contribuição com a publicidade do Movimento pelos canais de comunicação da Concessionária, tais como suas redes sociais, site institucional, Painéis de Mensagens Variáveis ("PMV") ao longo da BR-163/MT, panfletagem nas Praças de Pedágio e Bases de Atendimento ao Usuário da Rodovia, assim como demais eventos sociais coordenados pela Companhia.

Abaixo seguem veiculações oficiais e publicitárias realizadas em 2025 acerca do Movimento.









4.1.3. Responsabilidade Social: Segurança no Trânsito e Transparência

A Nova Rota tem o objetivo de integrar-se aos esforços nacionais de promoção da educação e segurança no trânsito, conscientizando os Usuários da Rodovia sobre suas responsabilidades coletivas na construção de um ambiente viário pacífico, fundamentado no compromisso de uma conduta responsável.

Através da apresentação de boas práticas no trânsito e principalmente reflexões sobre as atitudes no volante, visando criar um ambiente viário mais seguro, inclusivo e democrático, com o intuito final de reduzir significativamente o número de acidentes, mortes e lesões, preservando vidas.

A campanha vigente está sendo veiculada desde 1º de setembro de 2024 e se encerrou em 31 de março de 2025. Foram impactadas as comunidades dos 19 municípios interceptados pela concessão da Nova Rota: Itiquira, Rondonópolis, São Pedro da Cipa, Juscimeira, Jaciara, Santo Antônio de Leverger, Campo Verde, Acorizal, Rosário Oeste, Nobres, Cuiabá, Várzea Grande, Diamantino, Jangada, Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Sorriso, Vera e Sinop.

A campanha alcançou diversos públicos-alvo, incluindo motoristas de todas as idades, com especial atenção aos caminhoneiros, que representam a maioria do tráfego ao longo dos 850,9 quilômetros de concessão da Nova Rota do Oeste na BR-163/MT.

A campanha também tem o objetivo de engajar pedestres, ciclistas e motociclistas, especialmente porque estes representam uma parcela significativa das vítimas fatais de acidentes por atropelamentos e/ou colisões

Além dos públicos-alvo citados acima, a campanha também tem como alvo as comunidades locais próximas à rodovia, cujos membros são diretamente impactados pela segurança viária da BR-163/MT, e podem contribuir ativamente para a construção de um ambiente mais seguro e consciente no trânsito.





Figura 1. Peças publicitárias das campanhas de segurança viária da Concessionária.



Figura 2. Capacitação de Segurança com terceirizados a serviço da Nova Rota.



Figura 3. Capacitação de Segurança integrantes da Nova Rota.

4.1.4. Comunicação Social - Ordens de Serviço de Obras de Duplicação

Como responsável pela Concessão da BR-163/MT, e tendo a MTPAR como sua única acionista, as obras e serviços da Concessionária possuem caráter de interesse público inquestionável.

Desde a retomada dos investimentos na rodovia, fruto do TAC Plano de Ação e os aportes de capital realizados pela MTPAR, a Nova Rota organiza eventos de anunciação da contratação das principais obras de ampliação de capacidade na rodovia.

No dia 24 de março de 2025, a Nova Rota realizou a assinatura da ordem de serviço ("OS") para duplicação de 50,8 km da BR-163/MT entre os municípios de Lucas do Rio Verde e Sorriso. Com esse trecho, a Nova Rota do Oeste conclui o pacote de contratações para ampliação da capacidade abarcada pelo TAC Plano de Ação.

O evento de assinatura da ordem de serviço ocorreu durante a abertura do "Show Safra", realizado no município de Lucas do Rio Verde, com a participação do governador de Mato Grosso, Mauro Mendes, do presidente do Conselho de Administração da Nova Rota, Cidinho Santos, do diretor-presidente da Concessionária, Luciano Uchoa, bem como demais integrantes da classe política local, autoridades de todo o Estado, e representantes das comunidades beneficiadas.





Figura 4. Assinatura da OS pelo Diretor-Presidente da Nova Rota.



Figura 5. Membros da classe política do Estado apresentam a OS assinada ao público.

4.2. Destaques Gerais de Sustentabilidade

Alinhado com as políticas de desenvolvimento sustentável e com as obrigações constantes no Programa de Exploração da Rodovia ("PER"), a Nova Rota implementou o Sistema de Gestão Integrado ("SGI") certificado, desde 2016, nas normas ISO 9001 e ISO 14001:2015. Através da sua Política de Sustentabilidade e Qualidade, é demonstrado o compromisso da Concessionária na implantação de uma gestão moderna, transparente, voltada para o atendimento integral dos requisitos ambientais e para as melhores práticas de governança corporativa.

Em janeiro de 2025 foi concluída a Auditoria Externa do Sistema de Gestão Integrado, obtendo uma recomendação positiva para a renovação de certificação das normas ISO 9001 e ISO 14001:2015. Esse resultado reafirma o compromisso da Concessionária com a qualidade e a sustentabilidade, evidenciando nossa dedicação à melhoria contínua dos processos e ao atendimento das expectativas das partes interessadas.

Em março de 2025, a Licença de Instalação nº 77541/2025 foi emitida pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA/MT autorizando o início da obra de duplicação da pista de rolamento da Rodovia dos Imigrantes e encabeçamento da ponte, no município de Várzea Grande – MT.

Nos dias 16 e 21 de março de 2025, em celebração ao Dia Nacional da Conscientização sobre as Mudanças Climáticas e ao Dia Mundial da Água, a Concessionária Rota do Oeste promoveu uma ação de sensibilização sobre o impacto do nosso estilo de vida no planeta, destacando a urgência de adotar práticas sustentáveis para reduzir os efeitos das mudanças climáticas e incentivar o uso racional dos recursos naturais.

5. Relacionamento com os Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 162/22, as informações financeiras da Nova Rota foram auditadas pela BDO RCS Auditores Independentes. Durante o período auditado, esta empresa não prestou outros serviços que não os relacionados com a auditoria externa.

As informações financeiras da Companhia estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações de caráter operacional deste relatório, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

A política da Companhia para a contratação de serviços de auditoria externa assegura que não haja conflito de interesses ou perda de independência dos auditores.



6. Agradecimentos

A administração da Concessionária registra seu agradecimento aos seus integrantes, ao seu novo controlador, aos usuários da rodovia, ao Governo Federal, através da ANTT, ao Governo do Estado de Mato Grosso e à Polícia Rodoviária Federal que, em conjunto, se empenham para possibilitar a realização deste empreendimento.

Conselho de Administração

José Aparecido dos Santos Presidente do Conselho

Rogério Luiz Gallo Membro do Conselho

Marcelo de Oliveira e Silva Membro do Conselho

Guilherme Rehder Quintella Membro do Conselho

Luiz Carlos Moreira Lima Membro do Conselho

Diretoria Executiva

Luciano Uchoa Carneiro da Cunha Diretor Presidente e de Relações com

Investidores

Wilson Ferreira Medeiros Diretor sem designação específica

Contador responsável

Gerente de Controladoria Ademir Carbonez

CRC 1SP168398/O-7 SP

A ADMINISTRAÇÃO



DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o diretor abaixo designado da Concessionária Rota do Oeste S.A ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Av. Miguel Sutil, 15.160, Coophamil, Cuiabá/MT, inscrita no CNPJ 19.521.322/0001-04, para fins do disposto artigo 27 da Instrução CVM nº 080, de 29 de março de 2022 declara que revisou, discutiu e concorda com as opiniões expressas no parecer da BDO RCS Auditores Independentes SS, relativamente às Informações Contábeis Intermediárias da Companhia referente ao trimestre findo em 31 de março de 2025.

Cuiabá, 14 de maio de 2025.

Luciano Udioa Carneiro da Cunha

Luciano Uchoa Carneiro da Cunha

Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores



DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o diretor abaixo designado da Concessionária Rota do Oeste S.A ("Concessionária"), sociedade por ações, com sede na Av. Miguel Sutil, 15.160, Coophamil, Cuiabá/MT, inscrita no CNPJ 19.521.322/0001-04, para fins do disposto artigo 27 da Instrução CVM nº 080, de 29 de março de 2022 declara que revisou, discutiu e concorda com as Informações Contábeis Intermediárias da Companhia referente ao trimestre findo em 31 de março de 2025.

Cuiabá, 14 de maio de 2025.

Luciano Udioa Carriero da Curha

Luciano Uchoa Carneiro da Cunha
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores



Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 87F754C6-0AB0-4B5E-8226-78AD7158ADCA Status: Concluído

Assunto: Complete com o Docusign: Declaração - Concordância Auditores.docx, Declaração - Relatório.docx

Envelope fonte:

Documentar páginas: 2 Assinaturas: 2 Remetente do envelope: Poliana Alves Cardoso Certificar páginas: 4 Rubrica: 0

Assinatura guiada: Ativado Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

Fuso horário: (UTC-08:00) Hora do Pacífico (EUA e Canadá)

Avenida Miguel Sutil, 15160 Cuiaba, Mato Grosso 78025-700 polianacardoso@rotadooeste.com.br

Endereço IP: 201.24.128.211

Enviado: 14/05/2025 11:21:14

Rastreamento de registros

Status: Original Portador: Poliana Alves Cardoso Local: DocuSign 14/05/2025 11:20:17

DocuSigned by:

polianacardoso@rotadooeste.com.br

Eventos do signatário **Assinatura** Registro de hora e data

Luciano Uchoa Carneiro da Cunha lucianocunha@rotadooeste.com.br

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta

(Nenhuma)

Luciano Udioa Carneiro da Cunha A9E543DE9EB5438..

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 201.24.128.211

Visualizado: 14/05/2025 13:46:31 Assinado: 14/05/2025 13:46:40

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 30/07/2020 11:29:08

ID: 2cc42ba4-de23-4fb7-bb1a-6481a2752401

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	14/05/2025 11:21:14
Entrega certificada Assinatura concluída Concluído	Segurança verificada Segurança verificada Segurança verificada	14/05/2025 13:46:31 14/05/2025 13:46:40 14/05/2025 13:46:40
Assinatura concluída	Segurança verificada Segurança verificada	14/05/2025 13:46:31 14/05/2025 13:46:40

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico criado em: 29/05/2020 12:01:55

Partes concordam em: Luciano Uchoa Carneiro da Cunha

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, Rota do Oeste (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format, and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact Rota do Oeste:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: magalhaes@rotadooeste.com.br

To advise Rota do Oeste of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at magalhaes@rotadooeste.com.br and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from Rota do Oeste

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to magalhaes@rotadooeste.com.br and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with Rota do Oeste

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;

ii. send us an email to magalhaes@rotadooeste.com.br and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures', you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify Rota do Oeste as described above, you consent to receive
 exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations,
 acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made
 available to you by Rota do Oeste during the course of your relationship with Rota do
 Oeste.



Av. Hist. Rubens de Mendonça, 2368 Jardim Aclimação, Cuiabá - MT 78050-000



RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas e Administradores da Concessionária Rota do Oeste S.A. Cuiabá - MT

Introducão

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Rota do Oeste S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional "IAS 34 - Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board (IASB)", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).



Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

As informações trimestrais acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Cuiabá, 14 de maio de 2025.

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.

CRC 2 SP 013846/O-1 - S - MT

Church Gh Vayunale

Eduardo Affonso de Vasconcelos

Contador CRC 1 SP 116001/O-3 - S - MT

Balanços patrimoniais

Em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota _	31/03/2025	31/12/2024	Passivo	Nota	31/03/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	8	994.949	841.824	Fornecedores	16	87.438	61.170
Contas a receber	9	45.612	35.257	Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	12.587	1.598
Tributos a recuperar	-	9.430	8.671	Arrendamento mercantil operacional	18	4.666	6.571
Despesas antecipadas	10	8.012	8.176	Salários e encargos sociais	19	24.778	20.038
Outros ativos	-	11.186	10.845	Tributos a pagar	-	11.978	12.643
Ativo circulante	_	1.069.189	904.773	Outros passivos	20	2.695	3.708
	_			Passivo circulante	-	144.142	105.728
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	23.552	21.442				
Despesas antecipadas	10	7.309	7.610	Fornecedores	16	9.942	9.503
Depósitos judiciais	21	3.305	1.860	Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	1.550.350	1.554.834
Tributos a recuperar	-	3.107	3.059	Arrendamento mercantil operacional	18	4.248	4.783
Imobilizado	13	7.642	7.923	Provisão para contingências	21	10.385	10.929
Intangível	14	2.963.873	2.852.914	Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	45.873	43.918
Ativo de contrato	15	805.803	664.533	Provisão de conserva especial	22	21.256	17.072
Ativo não circulante	_	3.814.591	3.559.341	Tributos a pagar	-	1.694	1.694
	_			Outros passivos	20	386	456
				Passivo não circulante	-	1.644.134	1.643.189
				Total do passivo	- -	1.788.276	1.748.917
				Capital social		2.381.811	2.031.811
				Reserva de incentivo fiscal		148.037	148.037
				Reserva de lucros	_	565.656	535.349
				Patrimônio líquido	23	3.095.504	2.715.197
Total do ativo	_	4.883.780	4.464.114	Total do passivo e patrimônio líquido	-	4.883.780	4.464.114
Total do ativo	=	4.003.700	4.404.114	Total do passivo e patrinionio liquido	=	4.383.780	4.404.114

Demonstrações dos resultados

Trimestres findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/03/2025	31/03/2024
Receita líquida	24	434.617	278.311
Custo dos serviços	25	(377.962)	(176.702)
Lucro bruto		56.655	101.609
Gerais e administrativas	26	(13.712)	(12.578)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	27	367	363
Lucro operacional antes do resultado financeiro, líquido		43.310	89.394
Receitas financeiras	28	14.102	15.682
Despesas financeiras	28	(21.571)	(1.686)
Resultado financeiro, líquido	-	(7.469)	13.996
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>-</u>	35.841	103.390
Imposto de renda e contribuição social correntes	29	(5.689)	(12.110)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	155	(6.649)
Lucro líquido do período		30.307	84.631
Lucro básico por lote de mil ações no fim do período - R\$	30	16,38	64,43

Demonstrações dos resultados abrangentes

Trimestres findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/03/2025	31/03/2024
Lucro líquido do período	30.307	84.631
Resultado abrangente do período	30.307	84.631

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Trimestres findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

		Reserva de lucros					
				Dividendos mínimos			
			Reserva de	obrigatórios não	Reserva de incentivo		
	Capital social	Reserva legal	investimento	distribuídos	fiscal	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2024	1.521.811	13.751	194.658	47.017	83.936	_	1.861.174
Saluos em 1 de janeiro de 2024	1.521.011	13.731	134.030	47.017	03.930	_	1.001.174
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	84.631	84.631
Saldos em 31 de março de 2024	1.521.811	13.751	194.658	47.017	83.936	84.631	1.945.805
Saldos em 1º de janeiro de 2025	2.031.811	30.953	391.699	112.697	148.037	-	2.715.197
Aumento de Capital Social (nota explicativa nº 23)	350.000	-	-	-	-	-	350.000
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	30.307	30.307
Saldos em 31 de março de 2025	2.381.811	30.953	391.699	112.697	148.037	30.307	3.095.504

Demonstrações dos fluxos de caixa

Trimestres findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/03/2025	31/03/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	35.841	103.390
Ajustes		
Depreciação e amortização	34.463	21.386
Perda na baixa do Imobilizado e Intangível	(154)	478
Provisão para conserva especial	3.800	(24.340)
Provisão para contingência	(544)	1.015
Ajuste a valor presente	384	-
Juros e variações monetárias, líquidas	26.562	115
	100.352	102.044
Variações dos ativos e passivos		
Contas a receber	(10.355)	977
Tributos a recuperar	(807)	(3.758)
Despesas antecipadas	465	2.107
Outros ativos	(341)	(2.543)
Depósitos judiciais	(1.445)	(26)
Fornecedores	23.946	(20.100)
Salários e encargos sociais	4.740	3.836
Tributos a pagar	(3.048)	(1.968)
Outros passivos	(1.083)	(298)
Caixa gerado nas operações	112.424	80.271
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.306)	(9.331)
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	109.118	70.940
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(124)	(66)
Adições ao intangível	(286.064)	(113.602)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(286.188)	(113.668)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos, financiamentos e debêntures		
Custos de captação a amortizar	(19.805)	-
Aumento de capital social	350.000	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	330.195	
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	153.125	(42.728)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	841.824	582.394
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	994.949	539.666
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	153.125	(42.728)

Demonstração do valor adicionado

Trimestres findos em 31 de março de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/03/2025	31/03/2024
Receitas		
Receita de serviços	161.847	173.792
Receita de construção ICPC 01-R1	286.087	118.930
,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,	447.934	292.722
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia e outros	(25.502)	(15.617)
Custo de construção ICPC 01-R1	(286.087)	(118.930)
Serviços de terceiros e outros operacionais	(22.908)	(13.107)
Valor adicionado bruto	113.437	145.068
Depreciação e amortização	(34.463)	(21.386)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	78.974	123.682
Valor adicionado recebido em transferência		_
Receitas financeiras	14.102	15.682
Outros	367	363
Valor adicionado total a distribuir	93.443	139.727
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	18.995	17.345
Remuneração direta	15.942	14.001
Benefícios	2.259	2.606
FGTS	794	738
Impostos, taxas e contribuições	22.717	36.409
Federais	14.560	28.043
Estaduais	492	-
Municipais	7.665	8.366
Remuneração de capitais de terceiros	21.424	1.342
Juros	20.915	835
Aluguéis	495	507
Outras	14	-
Remuneração de capitais próprios	30.307	84.631
Lucro líquido do período	30.307	84.631
Valor adicionado distribuído	93.443	139.727

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Concessionária Rota do Oeste S.A. ("Companhia" ou "Nova Rota"), com sede em Cuiabá, Mato Grosso, é uma sociedade anônima de propósito específico e capial aberto. Foi constituída em 27 de dezembro de 2013 e iniciou suas operações em 06 de setembro de 2015. É responsável pela exploração do sistema rodoviário composto por 850,9 km de concessão da BR-163/MT, com prazo de concessão de 30 (trinta) anos, abrangendo 19 (dezenove) municípios no estado do Mato Grosso.

O Contrato de Concessão firmado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT" ou "Poder Concedente"), tem como objeto a Concessão para exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário. A Concessão é remunerada mediante cobrança de tarifa de pedágio, dentre outros.

A Concessão da BR-163/MT se destaca como componente logístico na produção agrícola da região e, portanto, são previstos investimentos em duplicação e demais melhorias, visando a fluidez na trafegabilidade da rodovia, a segurança e o conforto dos usuários.

Em 05 de janeiro de 2016, a Companhia pediu registro para categoria "B" à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o qual permite a emissão de qualquer valor mobiliário, exceto ações, não havendo pedido de oferta pública de distribuição concomitante. O registro foi deferido em 07 de junho de 2016.

O pedido de registro de Companhia Aberta foi motivado em razão da intenção da Companhia ampliar sua imagem institucional perante os seus credores, fornecedores, acionistas, funcionários, poder concedente e o mercado em geral, acessar e se consolidar no mercado de capitais brasileiras.

Em 02 de maio de 2023, a Companhia passou a ser controlada diretamente pela MT Participações e Projetos S/A ("MTPAR"), que adquiriu 100% das ações do capital social.

1.1. Retomada dos investimentos contratuais

A Companhia era controlada pela OTP Rodovias S.A até 02 de maio de 2023, quando, em atendimento as condicionantes do Termo de Ajustamento de Conduta – "TAC Plano de Ação" celebrado entre a Concessionária e a ANTT, concluiu a transferência do controle acionário para MT Participações e Projetos S.A ("MTPAR"), sociedade de economia mista vinculada ao Governo do Estado do Mato Grosso e motivado pelo interesse público que permeia a principal rodovia em seu território, (i) concluiu os aportes dos valores para a retomada imediata dos investimentos em obras na rodovia, (ii) promoveu a reestruturação econômico-financeira da Companhia por meio da integralização no capital social da concessionária dos mútuos em aberto com o acionista anterior, e por fim, (iii) reprogramou as metas das obras de duplicação e melhorias em até 08 anos, a partir da eficácia do TAC.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

O investimento total a ser realizado abarca 336 km de duplicação, 34 OAEs (pontes, trevos, viadutos entre outros), passarelas e recuperação estrutural de 100% das pistas existentes entre a divisa de Mato Grosso do Sul ao município de Sinop/MT, além da aquisição de infraestrutura tecnológica de segurança viária, tais quais: 450 unidades de câmeras de circuito fechado de TV, 850km de fibra óptica, sistema de sensoriamento de pista e postos de pesagem veicular distribuídos ao longo da Concessão.

A Companhia, sob administração da MT Participações e Projetos S/A ("MTPAR"), envidou seus melhores esforços para a retomada imediata dos investimentos na Rodovia BR-163/MT, como as obras adequação de parâmetros nos trechos norte (km 507+000 ao km 855+000) e centro (km 321+300 ao km 453+600), intensificação dos serviços de manutenção do sistema rodoviário, e em 14 de julho de 2023 deu início das obras de duplicação entre os segmentos de Posto Gil a Nova Mutum (km 507+100 ao km 592+900).

Com vistas a promover a reprogramação do Cronograma de Execução do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC Plano de Ação, mediante a alteração do Anexo B, cujas metas serão utilizadas para fins de acompanhamento e fiscalização pela ANTT, na forma da Cláusula Quinta, em 07 de março de 2024, foi celebrado entre a Nova Rota e a ANTT, o 1º Termo aditivo ao TAC Plano de Ação. A ANTT se manifestou favorável à reprogramação pretendida pela Companhia, pois as motivações expostas demonstraram ser conveniente, oportuna, vantajosa e de interesse público.

Importante ressaltar que a Concessionária superou a meta de duplicação estabelecida no 1º ano do TAC (meta 8 km), e reforça o compromisso quanto ao cumprimento dos prazos e eficiência na gestão das obras de duplicação.

Em atendimento à clausula 4.4 do TAC, foi celebrado entre a ANTT e a NOVA ROTA em 03 de maio de 2024, o Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para inclusão da Metodologia de Compartilhamento de Demanda – Risco Ferrovia (Anexo 11) e alteração das cláusulas contratuais pertinentes à ampliação do prazo da Concessão e estabelecimento da alocação de riscos relativos a eventuais impactos decorrentes da operação de novas ferrovias concorrentes com a BR-163/MT.

Em 30 de setembro de 2024 foi celebrado o Nono Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para alteração de escopo do item 3.4.43 — Combate a incêndios e apreensão de animais na faixa de domínio e do modelo de veículo previsto no Apêndice F do PER.

Em 07 de outubro de 2024, foi celebrado o Décimo Termo Aditivo que ter por objetivo padronizar as datas de reajuste da tarifa de pedágio, com a definição do prazo de 180 (cento e oitenta) dias a partir da data de assinatura do Contrato de Concessão.

Em vistas ao atendimento da Cláusula Segunda, item vi. do TAC, que define a assunção dos segmentos sob responsabilidade do DNIT, em 11 de outubro de 2024, foi celebrado o 2º Termo de Arrolamento e Transferência de Bens entre a ANTT, DNIT e Concessionária, com a assunção do trecho Serra da Caixa Furada, compreendido entre o km 470+200 ao km 516+000 da BR-163/MT, com 45,8 km de extensão.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

Em 04 de dezembro de 2024, foi celebrado o Décimo Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão que tem por objetivo padronizar a metodologia de aplicação do Fator D e A, conforme proposto pela ANTT.

Em 12 de dezembro de 2024, foi celebrado o Décimo Segundo Termo Aditivo com a alteração de localização das Passarelas ID-01, ID-02, ID-04, ID-08 referente ao item 3.2.1.2 do PER.

Em 06 de janeiro de 2025, foi celebrado o Décimo Terceiro Termo Aditivo com a alteração de localização das obras de melhorias referente a 03 (três) seguimentos da Concessão Rodoviária, do km 507 ao km 601 BR-163/MT - Posto Gil a Nova Mutum, do km 601 ao km 681 BR-163/MT - Nova Mutum a Lucas do Rio Verde e do km 812 ao km 855 BR-163/MT - Trecho Sinop.

Em 05 de março de 2025, foi celebrado o Segundo Termo Aditivo ao TAC, que tem por objetivo padronizar a metodologia de aplicação do Fator D e A, conforme proposto pela ANTT.

Em 05 de março de 2025, foi celebrado o Terceiro Termo Aditivo ao TAC, que tem por objetivo revisão do Cronograma de Execução do TAC Plano de Ação, possibilitando o atendimento das obrigações por metas. As alterações promovidas por este termo aditivo não impactam o equilíbrio econômico-financeiro originalmente estabelecido no TAC - Plano de Ação ao Contrato do Edital de Concessão nº 003/2013.

Em 12 de março de 2025, foi celebrado o Décimo Quinto Termo Aditivo para a inclusão da obrigação de implantação, manutenção e operacionalização dos 41 (quarenta e um) equipamentos controladores de velocidade (radares/redutores) anteriormente sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes – DNIT, bem como a inclusão de 4 (quatro) novos equipamentos, totalizando 45 (quarenta e cinco) equipamentos, cujo valores terão seus efeitos econômico-financeiros a partir da data-base da Revisão Ordinária subsequente.

1.2. Passivo Regulatório - Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)

A Companhia possuía autos de infração lavrados pela ANTT nos quais a Agência alegava o descumprimento de determinadas obrigações previstas no contrato de concessão firmado e no Programa de Exploração da Rodovia (PER), pela suspensão das obras de infraestrutura e da duplicação, decorrentes da não liberação do financiamento de longo prazo. Atualmente, em razão da eficácia do TAC, o passivo regulatório da Nova Rota está suspenso e será extinto quando do cumprimento integral das obrigações previstas no ajuste, conforme cláusula terceira do referido instrumento.

Em decorrência da celebração do TAC, a Nova Rota renunciou às pretensões formuladas na arbitragem, e em 12 de junho de 2023, tornou-se pública pela Câmara de Comércio Internacional ("CCI") - *International Court of Arbitration*, a Sentença Arbitral Homologatória, extinguindo, com resolução de mérito, o Procedimento Arbitral nº CCI 23960/GSS/PFF.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

Em relação aos processos administrativos em trâmite no TCU, conforme regrado na Cláusula 3.1 "vi" do TAC, em 31 de maio de 2023, os Ministros da Corte acordaram em autorizar a ANTT a suspender os efeitos tarifários decorrentes das determinações proferidas no âmbito dos processos TC nº 032.830/2016-5 (Acórdão nº 1100/2023) e nº 023.217/2015-4 (Acórdão nº 1111/2023) e extinguir os efeitos tarifários das determinações supracitadas no caso de cumprimento integral do Termo de Ajustamento de Conduta.

1.3. Governança e Compliance

A Companhia mantém o padrão de conformidade que abrange todos os pilares de um eficaz programa de conformidade, além do compromisso de constante reavaliação das ferramentas e controles, de modo a identificar falhas e promover a melhoria contínua dos procedimentos internos.

2. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias contidas nas presentes informações trimestrais foram preparadas de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Conforme Ofício Circular CVM/SNC/SEP no 03/2011, a Companhia optou por apresentar as práticas contábeis e notas explicativas neste ITR de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações contábeis anuais. A Companhia declara que as principais práticas contábeis, julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas adotadas na apresentação e elaboração, são as mesmas que as divulgadas nas demonstrações contábeis anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Todos os valores apresentados nestas informações trimestrais estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.1. Resumo das políticas contábeis materiais

A preparação das informações contábeis intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas práticas contábeis. Não ocorreram mudanças significativas nas premissas e julgamentos por parte da Administração da Companhia no uso das estimativas para preparação destas informações em relação àquelas utilizadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 12 de maio de 2025.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas informações contábeis intermediárias são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), quando aplicável, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

4. Gestão de risco financeiro

a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar aos fornecedores, e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta aos riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, aos riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de sua contraparte em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados:

	Nota	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Saldos em 31 de março de 2025							
Passivos financeiros não derivativos							
Fornecedores	16	97.380	97.380	87.438	9.942	-	-
Debêntures	17	1.562.937	1.550.350	12.587	-	-	1.550.350
Total		1.660.317	1.647.730	100.025	9.942	-	1.550.350
Saldos em 31 de dezembro de 2024							
Passivos financeiros não derivativos							
Fornecedores	16	70.673	70.673	61.170	9.370	133	-
Debêntures	17	1.556.432	1.554.834	1.598	-	-	1.554.834
Total		1.627.105	1.625.507	62.768	9.370	133	1.554.834

- Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores são conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos, fornecedores e outros passivos.
- As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas em uma opção da Administração.
- A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

d) Exposição a riscos de taxas de juros e índice de inflação

A Companhia está exposta ao risco de variação de taxas de juros, e ao índice de inflação, o que pode causar um aumento em sua despesa financeira com o provisionamento de juros futuros.

A Concessionária celebrou em 2024 os Instrumentos de reestruturação do endividamento existente e do Financiamento de Longo Prazo, conforme detalhado na nota explicativa nº 17. Além de determinar as principais condições jurídicas e operacionais dos passivos financeiros da Companhia, os contratos determinam também a remuneração financeira dos saldos devedores.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros de longo prazo da Companhia podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação dos indexadores de correção, quais sejam, o Indice de Preços ao Consumidor Amplo e a Taxa Referencial, principais exposições de risco de mercado da Companhia.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

Em atendimento ao Resolução CVM nº 121/2022, o CPC 40 - Instrumentos Financeiros, e a Revisão nº 02/2012 do Manual de Contabilidade da ANTT, a Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia. Abaixo estão detalhados os indexadores e seus cenários de sensibilidade.

Indicador (taxas ao ano)	Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível	Cenário III Adverso Extremo
Sensibilidade (média 2025-30)	Base	+10%	+20%
IPCA	4,12%	4,54%	4,95%
TR	1,97%	2,17%	2,37%

Para os dois cenários adversos dos indexadores de mercado, foram consideradas uma alta de 10% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (cenário II) e de 20% como cenário adverso extremo (cenário III).

Na tabela a seguir estão detalhadas as variações nas despesas financeiras resultantes das variações nos indexadores dos contratos de financiamento dos cenários acima.

		- -	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Instrumentos	Vencimento	Risco	Provável	Adverso Possível	Adverso Extremo
1ª Emissão Debêntures	jan/44	Alta da TR	44.872	49.189	53.503
2ª Emissão Debêntures	dez/43	Alta do IPCA	34.854	38.269	41.701

As operações dos instrumentos de financiamento de longo prazo são realizadas pela área de estruturação financeira e tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela Diretoria e deliberadas pelo Acionista.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia, tendo sido estruturada com base em premissas e pressupostos em relação à eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente as premissas utilizadas e estimativas nos cálculos de gestão do risco de liquidez, no entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à natureza projetiva da análise e às mudanças inerentes de mercado.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos durante o período findo em 31 de março de 2025.

e) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida, visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições graduadas em agências de *rating* de crédito como empresas de excelente crédito.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

5. Gestão de capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos e financiamentos e arrendamento mercantil operacional, de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de endividamento podem ser assim sumarizados:

	Nota _	31/03/2025	31/12/2024
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	1.562.937	1.556.432
Arrendamento mercantil operacional	18	8.914	11.354
Caixa e equivalentes de caixa	8 _	(994.949)	(841.824)
Dívida líquida	-	576.902	725.962
Total do patrimônio líquido	23	3.095.504	2.715.197
Total do capital próprio e de terceiros	- -	3.672.406	3.441.159
Índice de alavancagem financeira - %		16%	21%

6. Instrumentos financeiros por categoria

		Ativos e passivos m custo amort	
	Nota	31/03/2025	31/12/2024
Ativos, conforme o balanço patrimonial Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	994.949	841.824
Contas a receber	9	45.612	35.257
		1.040.561	877.081
Passivos, conforme o balanço patrimonial Passivo circulante			
Fornecedores	16	87.438	61.170
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	12.587	1.598
Arrendamento mercantil operacional	18	4.666	6.571
Outros passivos	20	2.695	3.708
•		107.386	73.047
Passivo não circulante			
Fornecedores	16	9.942	9.503
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	1.550.350	1.554.834
Arrendamento mercantil operacional	18	4.248	4.783
Outros passivos	20	386	456
		1.564.926	1.569.576
		1.672.312	1.642.623

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

7. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A Companhia mantém seus ativos financeiros em instituições financeiras de primeira linha. A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou as informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	31/03/2025	31/12/2024
Contas a receber		
Contrapartes sem classificação externa de crédito		
Pedágios	44.755	34.291
Receitas acessórias	857	966
Total de contas a receber	45.612	35.257
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras		
Contrapartes com classificação externa de crédito		
Instituição financeira	955.127	824.867
Total de aplicações financeiras	955.127	824.867
Contrapartes sem classificação externa de crédito		
Caixa geral	4	4
Numerários em trânsito	607	861
Fundo de troco	475	506
Bancos conta movimento	35.776	668
Aplicações financeiras	2.960	14.918
Total de caixa e equivalentes de caixa	39.822	16.957
Total de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	994.949	841.824

8. Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2025	31/12/2024
Caixa geral	4	4
Numerários em trânsito	607	861
Fundo de troco	475	506
Bancos conta movimento	35.776	668
Aplicações financeiras (i) (ii)	958.087	839.785
	994.949	841.824

- (i) As aplicações financeiras são de baixo risco e tem liquidez imediata, remuneradas à taxa de mercado com base na variação percentual dos Certificados de Depósito Interbancário (CDI). O percentual de remuneração para as aplicações financeiras mantidas em 31 de março de 2025 varia de 95% a 104% do CDI.
- (ii) A Companhia mantém recursos de aplicação financeira no curto prazo para cumprir o cronograma de obras de infraestrutura.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

9. Contas a receber

	31/03/2025	31/12/2024
Automatic Vehicle Identification ("AVI")	43.590	32.648
Receitas acessórias	857	966
Vale pedágio	1.165	1.643
	45.612	35.257

As contas a receber são representadas, substancialmente, por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio.

Em 31 de março de 2025, a Administração, com base em sua avaliação de risco de crédito entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas de crédito esperadas. Considerando que o contas a receber é referente a cobrança de pedágio, com pagamento aprovado na origem e com prazos de recebimentos já definidos.

10. Despesas antecipadas

	31/03/2025	31/12/2024
Seguros a apropriar (i)	14.214	14.784
Vale alimentação	1.107	1.002
	15.321	15.786
Ativo circulante	8.012	8.176
Ativo não circulante	7.309	7.610

(i) Com a eficácia do TAC e a retomada das obras, foi realizada a contratação de seguro garantia de concessões públicas com vigência de 05 anos (nota explicativa nº 32).

11. Honorários da diretoria e Conselho de Administração

A remuneração paga aos administradores estatutários e ao Conselho de Administração da Companhia, em 31 de março de 2025 e 2024, totalizaram:

	31/03/2025	31/03/2024
Salários	634	603
Encargos	127	121
Previdência complementar	20	16
Outros	21	25
	802	765

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	31/12/2024	Resultado	31/03/2025
Ativo fiscal diferido			
Direito de uso	15.662	818	16.480
Provisão para Manutenção Especial - ICPC01	5.780	1.292	7.072
	21.442	2.110	23.552
Passivo fiscal diferido			
Arrendamento mercantil operacional	(16.345)	(840)	(17.185)
Juros, IOF, custos de transação capitalizados e AVP	(33.448)	(1.929)	(35.377)
Participação nos lucros e resultados - PLR	3.357	999	4.356
Provisão para contingências	2.518	(185)	2.333
	(43.918)	(1.955)	(45.873)
Total	(22.476)	155	(22.321)

Como base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas no lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o resultado da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização desses créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A expectativa da Administração da Companhia quanto à realização das diferenças temporárias, a ser amortizado para fins tributários, está prevista para ocorrer da seguinte forma:

	31/03/2025	31/12/2024
2025	3.311	3.466
2026	4.056	4.056
2027 em diante	14.954	14.954
	22.321	22.476

13. Imobilizado

	Computadores e periféricos	Equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Total
Custo	7.466	3.577	1.088	2.526	14.657
Depreciação acumulada	(3.314)	(963)	(643)	(1.814)	(6.734)
31 de dezembro de 2024	4.152	2.614	445	712	7.923
Adições	21	101	2	-	124
Depreciação	(255)	(86)	(13)	(51)	(405)
Saldo contábil	3.918	2.629	434	661	7.642
Custo	7.487	3.678	1.091	2.526	14.782
Depreciação acumulada	(3.569)	(1.049)	(657)	(1.865)	(7.140)
31 de março de 2025	3.918	2.629	434	661	7.642
Taxas anuais de depreciação (%)	5	10	5 a 10	20	

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

A depreciação do imobilizado está alocada na demonstração do resultado dos períodos (notas explicativas nº 25 e 26).

14. Intangível

1.766.281	183.189	1.316.922			
/		1.310.922	5.418	72.146	3.343.956
(226.663)	(33.097)	(166.399)	(3.898)	(60.985)	(491.042)
1.539.618	150.092	1.150.523	1.520	11.161	2.852.914
58.590	29.393	56.990	12	69	145.054
(16.601)	(2.892)	(11.940)	(221)	(2.441)	(34.095)
1.581.607	176.593	1.195.573	1.311	8.789	2.963.873
1.824.870	212.460	1.373.915	5.430	72.179	3.488.854
(243.263)	(35.867)	(178.342)	(4.119)	(63.390)	(524.981)
1.581.607	176.593	1.195.573	1.311	8.789	2.963.873
	58.590 (16.601) 1.581.607 1.824.870 (243.263)	1.539.618 150.092 58.590 29.393 (16.601) (2.892) 1.581.607 176.593 1.824.870 212.460 (243.263) (35.867)	1.539.618 150.092 1.150.523 58.590 29.393 56.990 (16.601) (2.892) (11.940) 1.581.607 176.593 1.195.573 1.824.870 212.460 1.373.915 (243.263) (35.867) (178.342)	1.539.618 150.092 1.150.523 1.520 58.590 29.393 56.990 12 (16.601) (2.892) (11.940) (221) 1.581.607 176.593 1.195.573 1.311 1.824.870 212.460 1.373.915 5.430 (243.263) (35.867) (178.342) (4.119)	1.539.618 150.092 1.150.523 1.520 11.161 58.590 29.393 56.990 12 69 (16.601) (2.892) (11.940) (221) (2.441) 1.581.607 176.593 1.195.573 1.311 8.789 1.824.870 212.460 1.373.915 5.430 72.179 (243.263) (35.867) (178.342) (4.119) (63.390)

Taxas anuais de amortização (%)

20

a) Conceito

O intangível referente à infraestrutura são os custos dos investimentos da concessão, que ao final do contrato serão reversíveis ao poder concedente.

Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01, item 17, mediante o qual são estimados o valor justo de construção e outros custos incorridos na infraestrutura.

A amortização, dos itens de recuperação, operação e melhoramentos, é calculada com base na projeção da curva de demanda, considerando variáveis econômicas e potencial aumento no volume de tráfego, durante o período da concessão. Essa projeção é reconhecida no resultado e o acompanhamento entre o previsto e realizado é feito anualmente.

Recuperação

A rubrica "Recuperação" consiste em gastos incorridos na recuperação da pista existente, na implantação de acessos, viadutos e pontes, na conservação especial dos canteiros, faixa de domínio e drenagens, além da construção das bases de atendimento aos usuários (SAU) e praças de pedágio.

Operação

A rubrica "Operação" consiste basicamente em gastos incorridos na administração da Concessionária, na implantação dos sistemas de controle de tráfego, arrecadação de pedágio, atendimento ao usuário, sistema de telefonia e radiocomunicação e na aquisição de móveis e utensílios das bases SAU e das praças de pedágio.

Melhoramentos

A rubrica "Melhoramentos" consiste basicamente em gastos incorridos duplicação da pista simples, da sinalização do sistema rodoviário, dos juros e encargos sobre infraestrutura e da construção dos retornos de nível.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

Software

A rubrica "Software" consiste em gastos incorridos na administração da Concessionária, na aquisição e implantação de sistemas operacionais e administrativos.

b) Direito de uso sobre arrendamento

Os saldos de ativos de direito de uso correspondem a contratos de arrendamentos de máquinas, equipamentos e edifícios, superiores a 12 meses, de valor substancial e uso exclusivo. Os contratos são reconhecidos pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido, considerando a taxa incremental de financiamento, correspondendo a 10,76 % a.a. As despesas correspondentes à amortização dos contratos, são alocadas nas rubricas "custo de serviços" e "gerais e administrativos" na demonstração do resultado do período, conforme notas explicativas 25 e 26.

A composição e movimentação de ativos de direito de uso de arrendamentos estão demonstradas a seguir:

	31/03/2025	31/12/2024
	11.161	9.578
Adições de novos contratos de direito de uso sobre arrendamento operacional	69	9.589
Amortização dos contratos de arrendamento operacional	(2.404)	(7.990)
Baixa dos contratos de arrendamento operacional	(37)	(16)
	8.789	11.161

15. Ativo de contrato

	Recuperação	Operação	Melhoramentos	Obras em andamento	Softwares	Adiantamentos a fornecedores	Total
31 de dezembro de 2024	34.773	62	626.056	311	3.306	25	664.533
Adições (i)	4.150		136.964	-	2	-	141.116
Baixas	-	-	-	179	-	(25)	154
31 de março de 2025	38.923	62	763.020	490	3.308	-	805.803

(i) O aumento significativo de saldo está diretamente relacionado a retomada dos investimentos na Rodovia BR-163/MT com as obras de adequação de parâmetros, intensificação dos serviços de manutenção do sistema rodoviário e obras de duplicação.

O IFRS 15 (CPC 47) estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. Portanto, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de performance for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente.

A norma também determina que quando a Companhia concluir a performance por meio da transferência de bens ou serviços ao cliente antes do pagamento da contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, a entidade deve apresentar este direito como ativo de contrato. O ativo de contrato é definido pela norma como o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente quando esse direito está condicionado a algo além da passagem do tempo como por exemplo o seu desempenho futuro.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

16. Fornecedores

	31/03/2025_	31/12/2024
Fornecedores nacionais	12.484	11.093
Prestadores de serviços	84.896	59.580
	97.380	70.673
Passivo circulante	87.438	61.170
Passivo não circulante	9.942	9.503

17. Empréstimos, financiamentos e debêntures

		Encargos		
	Moeda	financeiros	31/03/2025	31/12/2024
1ª Emissão - Série Única (c)	R\$	TR + 0,00% a.a.	1.013.652	1.008.727
2ª Emissão - 1ª Série (d)	R\$	IPCA + 7,7178% a.a.	624.385	603.000
Custos de captação a amortizar (e)	R\$	-	(75.100)	(55.295)
		•	1.562.937	1.556.432
Passivo circulante			12.587	1.598
Passivo não circulante			1.550.350	1.554.834

a) Movimentação

	31/03/2025	31/12/2024
Saldo inicial	1.556.432	1.008.727
Liquidação de empréstimos - partes relacionadas	-	(1.008.727)
Captação de debêntures - 1ª emissão	-	1.008.727
Captação de debêntures - 2ª emissão	-	600.000
Juros provisionados	26.310	3.000
Custos de captação a amortizar	(19.805)	(55.295)
Custos de transação incorridos	-	(352)
Amortização custos de transação	-	352
Saldo final	1.562.937	1.556.432

b) 1ª Emissão de Debêntures

Em 02 de maio de 2023 a MTPAR FIDC NP assumiu como único credor da Nova Rota, quitando as obrigações da Companhia junto aos credores mediante Cessão dos Créditos e Direitos dos credores.

Ao longo dos exercícios de 2023 e 2024 a Nova Rota negociou as condições do instrumento de estruturação da dívida do MTPAR FIDC NP, celebrando em 18 de novembro de 2024 a Escritura Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Subordinada, cujo único debenturista é o MTPAR FIDC NP.

A Escritura da 1ª Emissão estabelece condições específicas aos seus debenturistas, dada a sua natureza subordinada aos instrumentos do Financiamento de Longo Prazo da Concessionária. Dentre elas, destacam-se, (i) cessão e alienação das debêntures somente mediante anuência do BNDES; (ii) possibilidade de conversão das debêntures em ações da Concessionária; (iii) a não previsão de hipóteses de vencimento antecipado; (iv) não há cronograma de pagamentos das debêntures, mas sim mecânicas de amortizações e resgates antecipados mediante cumprimento das condições de *completion* dos instrumentos de longo prazo.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

A remuneração das debêntures da 1ª Emissão se dá pela variação das taxas médias diárias da Taxa Referencial acrescidos de *spread* de 0,00% a.a. (zero porcento), sem cronograma de amortizações e pagamentos de juros, tendo seu vencimento no dia 31 de janeiro de 2044.

Esta Emissão não conta com garantias de quaisquer naturezas pela Concessionária.

c) 2ª Emissão de Debêntures

A Concessionária celebrou em 22 de novembro de 2024 os Instrumentos do Financiamento de Longo Prazo, quais sejam, (i) a Escritura da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real ("2ª Emissão de Debêntures", individualmente um "Instrumento do Financiamento de Longo Prazo"); e (ii) celebrado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ("BNDES") o Contrato de Financiamento nº 24.2.0321.1 ("FINEM BNDES", individualmente um "Instrumento do Financiamento de Longo Prazo" e, em conjunto com a 2ª Emissão de Debêntures, os "Instrumentos do Financiamento de Longo Prazo"); (iii) contratos de garantias reais e contrato de suporte do acionista.

No total dos dois Instrumentos do Financiamento de Longo prazo, a Concessionária aprovou o montante de crédito de R\$ 5.350.000.000,00 (cinco bilhões, trezentos e cinquenta milhões de reais), sendo R\$ 4.875.000.000,00 (quatro bilhões, oitocentos e setenta e cinco milhões de reais) pela 2ª Emissão de Debêntures e R\$ 475.000.000,00 (quatrocentos e setenta e cinco milhões) pelo FINEM BNDES.

A 2ª Emissão de Debêntures da Nova Rota foi enquadrada pelo Ministério dos Transportes como projeto prioritário de infraestrutura no dia 24 de setembro de 2024, portanto contam com o incentivo fiscal previsto no artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada ("Lei 12.431"), no Decreto nº 11.964, de 26 de março de 2024, conforme alterada ("Decreto 11.964"), na Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 5.034, de 21 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CMN 5.034"), da Resolução CMN nº 4.751, de 26 de setembro de 2019, conforme alterada ("Resolução CMN 4.751"), ou de normas posteriores que as alterem, substituam ou complementem.

A totalidade dos recursos captados na 2ª Emissão de Debêntures será aplicada em (a) reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionadas aos investimentos na Concessão realizados a partir de 08 de maio de 2023 até 15 de novembro de 2024 (data de emissão das debêntures da 2ª Emissão; e (b) investimentos futuros relativos à exploração da Concessão até a data de conclusão das obras de ampliação de capacidade e melhorias.

A 2ª Emissão de Debêntures da Nova Rota está organizada em 09 (nove) séries, sendo que foram objeto de oferta pública sob regime misto de garantia firme para as debêntures da 1ª (Primeira) Série e de melhores esforços para as demais séries.

A 2ª Emissão não possui fiança ou garantia até o *completion* dos investimentos de recuperação e ampliação de capacidade e melhorias na BR-163/MT.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

O início da oferta pública das debêntures ocorreu em 16 de dezembro de 2024, sendo devidamente informado ao mercado, e encerrado em 17 de dezembro com o procedimento de *bookbuilding* para determinação da remuneração da 1ª Séries de debêntures da 2ª Emissão.

A remuneração da 1ª Série é de IPCA + 7,7178% a.a. (sete inteiros, sete mil cento e setenta e oito décimos de milésimos por cento), enquanto a remuneração da 2ª até a 9ª Série é de IPCA + 7,1750% a.a. (sete inteiros, mil setecentos e cinquenta décimos de milésimos por cento), a serem pagos em parcelas semestrais a partir de junho de 2025. Por fim, as debêntures da 2ª Emissão possuem cronograma de amortizações semestrais com início em junho de 2030.

Em 17 de dezembro de 2024 ocorreu a integralização da totalidade das debêntures da 1ª Série da 2ª Emissão, sendo 600.000 (seiscentas mil) debêntures ao valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) cada uma, totalizando R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) disponibilizados para a Nova Rota.

As demais séries da 2ª Emissão possuem condições de integralização que incluem, dentre outros eventos, aportes de capital pela Acionista atual, cumprimento de metas de avanço físico de obras, e comprovação do reequilíbrio de novos investimentos ao Contrato de Concessão.

A 2ª Emissão de Debêntures conta com Garantias Reais da Concessionária, quais sejam, (i) a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Concessão; e (ii) a Alienação Fiduciária das Ações da Concessionária. Ambas as garantias são compartilhadas entre o BNDES e os titulares das debêntures da 2ª Emissão.

A Concessionária recebeu no dia 17 de março de 2025, pela Acionista, o aporte no valor de 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais) em atendimento às obrigações descritas no Contrato de Financiamento, na cláusula 12ª, inciso X, bem como na Escritura da 2ª Emissão de Debêntures, subcláusula 7.1.2, alínea "i", que foi integralizado no Capital Social no 18 de março de 2025.

d) Custos de captação a amortizar

O custo da captação do financiamento de longo prazo será amortizado ao longo da vigência dos contratos, utilizando-se, para tal, o método da taxa de juros efetiva, conforme as orientações do CPC 12.

A apropriação dos custos é feita mensalmente, para distribuir ao longo do tempo os gastos incorridos para a obtenção dos recursos, de modo a refletir de forma precisa os custos financeiros no resultado da empresa.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

e) Prazos de vencimento

O montante das operações das Debêntures de longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	31/03/2025				31/12/2024	
	Dívida Bruta	Custo de Transação	Dívida Líquida dos Custos de Transação	Dívida Bruta	Custo de Transaçã o	Dívida Líquida dos Custos de Transação
2025	-	-	-	1.008.727	(5)	1.008.727
2043	624.385	(71.842)	552.543	603.000	(55.290)	547.710
2044	1.013.652	(3.258)	1.010.394	<u> </u>	<u> </u>	=
	1.638.037	(75.100)	1.562.937	1.611.727	(55.295)	1.556.432

f) Garantias

Conforme mencionado nos itens anteriores, a Concessionária celebrou contratos de Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios da Concessão e Alienação Fiduciária de suas Ações para serem compartilhadas entre o BNDES e os Debenturistas da 2ª Emissão.

A Concessionária não dispõe de garantia ou fiança até o *completion* dos investimentos de recuperação e ampliação de capacidade e melhorias na BR-163/MT.

A 1ª Emissão de Debêntures não possui garantia dada pela Concessionária.

g) Principais compromissos assumidos (covenants)

Os instrumentos de financiamento de longo prazo celebrados pela Concessionária possuem compromissos e obrigações assumidas que abrangem desde aspectos econômico-financeiros até aspectos de parâmetros operacionais dos serviços prestados no Contrato de Concessão.

Os compromissos e obrigações assumidos pela Companhia podem ser exigidos durante todo o prazo de vigência dos instrumentos de financiamento de longo prazo, ou divididos em dois períodos de exigência: o primeiro é o período compreendido pela execução das obras financiadas de ampliação de capacidade e melhorias ("período pré-completion do projeto financiado" ou "período anterior à conclusão físico-financeira do projeto financiado"); e o segundo período, iniciado a partir da conclusão dos investimentos financiados de ampliação de capacidade e melhorias ("período pós-completion do projeto financiado" ou "período posterior à conclusão físico-financeira do projeto financiado").

Em relação às obras de ampliação de capacidade e melhorias do TAC Plano de Ação, a Concessionária assumiu, junto ao BNDES e os Debenturistas da 2ª Emissão, a obrigação de concluir as obras de recuperação e ampliação de capacidade e melhorias estabelecidas no TAC Plano de Ação até 31 de dezembro de 2030.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

Durante toda a vigência dos instrumentos de financiamento de longo prazo, como forma de viabilizar aos Credores a garantia real de seus direitos creditórios, a Companhia deverá manter contas vinculadas e administradas por instituição financeira que recebem e distribuem os ingressos operacionais e não-operacionais da Concessionária, reservando nelas recursos financeiros referente aos próximos vencimentos de obrigações de cada instrumentos.

Durante o período pré-*completion* do projeto financiado, a Companhia não deverá distribuir lucros ou pagar dividendos aos seus Acionistas, reduzir seu capital social, ou realizar amortizações extraordinárias da 1ª Emissão de Debêntures.

Durante o período pós-*completion* do projeto financiado, a Companhia deverá atender a *covenants* financeiros (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD, caixa mínimo), parâmetros mínimos de qualidade do Sistema Rodoviário, solicitar anuência dos Credores para distribuição de dividendos acima de parâmetro mínimo, reduções de capital, ou amortizações extraordinárias da 1ª Emissão de Debêntures.

Em 31 de março de 2025 a Companhia cumpriu as cláusulas de "covenants".

18. Arrendamento mercantil operacional

Provisões de férias e encargos

Os saldos de passivos de arrendamentos correspondem a contratos de arrendamentos de máquinas, equipamentos e edifícios, superiores a 12 meses, de valor substancial e uso exclusivo. Os contratos são reconhecidos pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido, considerando a taxa incremental de financiamento, correspondendo a 10,76 % a.a. As despesas de juros, correspondentes à amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos, são alocadas no "resultado financeiro".

	31/03/2025	31/12/2024
Saldo inicial	11.354	9.976
Adições	69	9.589
Apropriação de juros	252	531
Baixas	(2.761)	(8.742)
Saldo final	8.914	11.354
Passivo circulante	4.666	6.571
Passivo não circulante	4.248	4.783
19. Salários e encargos sociais		
	31/03/2025	31/12/2024
Encargos sociais e trabalhistas	2.510	2.929
Participação nos lucros e resultados	12.808	9.874

7.235

20.038

9.460

24.778

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

20. Outros passivos

	31/03/2025	31/12/2024
Multas (i)	1.379	1.687
Seguros a pagar	1.451	2.150
Outras contas a pagar	251	327
	3.081	4.164
Passivo circulante	2.695	3.708
Passivo não circulante	386	456

(i) Multas ao Poder Concedente decorrente de autos de infração não abarcados no TAC Plano de Ação, parcelados em 60 meses fundamentado na Resolução ANTT 5.830 de 10 de outubro de 2018.

21. Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais perante vários tribunais, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	31/03/2025	31/12/2024
Reclamações cíveis	6.800	7.405
Reclamações trabalhistas	61	-
Outras contingências	3.524	3.524
	10.385	10.929

a) Movimentação

	Contingências cíveis	Contingências trabalhistas	Contingências regulatórios	Saldo total
Saldo inicial	7.405	-	3.524	10.929
Provisão	292	61	-	353
Reversão	(897)		<u> </u>	(897)
Saldo final	6.800	61	3.524	10.385

A Companhia tem ações de natureza cível no montante de R\$ 6.170 e trabalhista no montante de R\$ 2.689, totalizando o montante de R\$ 8.859 envolvendo risco de perda que foram classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos em 31 de março de 2025 (31 de dezembro de 2024 – R\$ 9.969).

Em 31 de março de 2025, a Companhia apresenta R\$ 3.305 (31 de dezembro de 2024 - R\$ 1.860) na rubrica de "Depósitos judiciais" referente a processos de ações trabalhistas e cíveis.

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

22. Provisão para conserva especial

A provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura é constituída considerando os gastos com a recomposição de parâmetros da Rodovia, previstos no contrato de concessão para o período de sete anos, descontados ao valor presente a uma taxa média de 10,60% a.a., com base na projeção de mercado do IPCA e CDI. O planejamento dos ciclos de conserva especial é vinculado ao cronograma de duplicação.

Em 31 de março de 2025, os saldos de provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura estão apresentados a seguir:

	31/03/2025	31/12/2024
Provisão de conserva especial	21.256	17.072
	21.256	17.072
a) Movimentação		
	31/03/2025	31/12/2024
Saldo inicial	17.072	101.521
Provisão de conserva especial	22.103	15.369
Constituição de provisão ajuste a valor presente	(9.337)	(6.878)
Baixa de provisão de conserva especial	(8.582)	(92.940)
Saldo final	21.256	17.072

23. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de março de 2025 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 2.381.811, dividido em 2.381.810.533 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

	Quantidade de ações -	Capital	Capital social	
Acionista	ordinárias	31/03/2025	31/12/2024	
MT Participações e Projetos S.A.	2.381.810.533	2.381.811	2.031.811	
	2.381.810.533	2.381.811	2.031.811	

b) Destinação do lucro

Consoante legislação brasileira, as importâncias apropriadas às reservas de lucros são determinadas como descrito a seguir:

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

(i) Reserva de Incentivos Fiscais

Consoante Lei Complementar no 124, de 27 de junho de 2007, a Companhia é beneficiária do Regime de Redução de 75% do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, com início em 31 de dezembro de 2019 e término em 31 de dezembro de 2027, na forma do artigo 1º da MP no 2.199-14/2001, com redação dada pelo art. 32 da Lei nº 11.196/2005 e nova redação dada pelo art. 69 da Lei nº 12.775/2012, conforme Laudo Constitutivo nº 202/2018, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), constante do Processo Administrativo Fiscal no 59004.002543/2018-10.

O referido benefício está limitado exclusivamente à atividade de exploração do sistema viário, conforme Contrato de Concessão com a ANTT (Contrato nº 003/2013), do setor de infraestrutura - transporte, definido como prioritário para o desenvolvimento regional, conforme art. 2º, Inciso I do Decreto nº 4.212/2002, com início do prazo de vigência em 27 de dezembro de 2013 e término em 27 de dezembro de 2043.

Seguindo os preceitos do artigo 18 da Lei nº 11.941/09, em 31 de março de 2025, a Companhia apresenta o montante de R\$ 148.037 (R\$ 148.037 em 31 de dezembro de 2024) referente à Reserva de Incentivos Fiscais.

(ii) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 31 de março de 2025 a Companhia apresenta o montante de R\$ 30.953 (R\$ 30.953 em 31 de dezembro de 2024).

(iii) Reserva de investimento

A reserva de investimento, refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao plano de investimento da Companhia. Em 31 de março de 2025 a Companhia apresenta o montante de R\$ 391.699 (R\$ 391.699 em 31 de dezembro de 2024).

(iv) Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente dividendos mínimos de 25% calculado sobre o lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária vigente. Em 31 de março de 2025 a Companhia apresenta o montante de R\$ 112.697 (R\$ 112.697 em 31 de dezembro de 2024).

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

24. Receita líquida

	31/03/2025	31/03/2024
Receitas acessórias	1.759	1.625
Receitas de AVI ("Automatic Vehicle Identification") (i)	137.549	120.570
Receitas de vale pedágio (ii)	12.781	34.660
Receitas em numerário	9.758	16.937
Receita operacional	161.847	173.792
Receita de construção ICPC 01-R1 (iii)	286.087	118.930
Receita bruta	447.934	292.722
Tributos sobre serviços de operação	(13.295)	(14.395)
Outras deduções	(22)	(16)
Receita líquida	434.617	278.311

- (i) Oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento "Automatic Vehicle Identification" (AVI) são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas para os usuários via empresas especializadas.
- (ii) As transações de vale pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários, mediante créditos de vale pedágio previamente adquiridos das empresas habilitadas;
- (iii) Em 31 de março de 2025 e 2024, a Companhia reconheceu, R\$ 286.087 e R\$ 118.930, respectivamente, como receita de construção ICPC 01 (R1) Contratos de concessão. Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utilizou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura. O aumento da receita de construção é referente a retomada das obras de duplicação e recuperação da rodovia.

25. Custo dos serviços

	31/03/2025	31/03/2024
Depreciação e amortização	(34.096)	(20.634)
Despesas com veículos	(3.400)	(2.477)
Despesas com viagens	(74)	(57)
Gastos gerais	(4.054)	(4.407)
Materiais e equipamentos	(1.321)	(3.548)
Provisão para conserva especial	(12.382)	-
Salários e encargos	(14.238)	(13.395)
Seguros	(1.973)	(1.861)
Serviços de terceiros	(20.337)	(11.393)
•	(91.875)	(57.772)
Custo de construção ICPC 01-R1	(286.087)	(118.930)
	(377.962)	(176.702)

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Despesas gerais e administrativas

	31/03/2025	31/03/2024
Depreciação e amortização	(367)	(752)
Despesas com viagens	(311)	(96)
Gastos gerais	(3.286)	(1.840)
Materiais e equipamentos	(1.111)	(557)
Provisão para contingências	544	(1.015)
Salários e encargos	(7.711)	(6.420)
Servicos de terceiros	(1.232)	(1.312)
Taxas de meios de pagamentos	(238)	(586)
1 5	(13.712)	(12.578)

27. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	31/03/2025	31/03/2024
Outras receitas	252	72
Receita na venda de imobilizado	-	280
Venda de sucata	115	11
	367	363

28. Resultado financeiro, líquido

	31/03/2025	31/03/2024
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	12.608	15.483
Descontos obtidos	1.285	-
Outras	209	199
	14.102	15.686
Despesas financeiras		
Ajuste a valor presente	(384)	-
Arrendamento mercantil operacional	(252)	(115)
Custos de transação	(619)	-
Juros sobre atraso	(224)	(477)
Juros sobre empréstimos	(19.404)	-
Outras	(688)	(1.094)
	(21.571)	(1.686)
Resultado financeiro, líquido	(7.469)	13.996

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

29. Imposto de renda e contribuição social correntes

Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	31/03	/2025	31/0	3/2024
_	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	35.841	35.841	103.390	103.390
Adições temporárias	21.776	21.776	15.279	15.279
Adições permanentes	55	55	493	493
Exclusões	(20.936)	(20.936)	(34.837)	(34.837)
Base cálculo	36.736	36.736	84.325	84.325
Imposto de renda (25%) e Contribuição social (9%)	9.179	3.306	21.078	7.590
Programa alimentação trabalhador (PAT)	(220)		(346)	
Despesa corrente de imposto de renda e contribuição	8.959	3.306	20.732	7.590
Incentivos fiscais (SUDAM)	(6.576)	-	(16.212)	-
 Imposto de renda e contribuição social devida	2.383	3.306	4.520	7.590
Total Imposto de Renda e Contribuição social		5.689		12.110

30. Lucro básico

O lucro básico por lote de mil ações é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o período findo em 31 de março de 2025 e 2024:

31/03/2025	31/03/2024
30.307	84.631
1.850.167	1.313.613
16,38	64.43
	30.307 1.850.167

31. Demonstração do fluxo de caixa

A seguir demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa, cujos ajustes foram efetuados na demonstração do fluxo de caixa. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa a seguir:

	31/03/2025	31/03/2024
Fornecedores	2.761	1.627
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	2.761	1.627
Arrendamento Operacional	(2.761)	(1.627)
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	(2.761)	(1.627)

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2025

(Em milhares de reais, exceto guando indicado de outra forma)

32. Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas consideradas pela Administração suficientes para cobrir os riscos inerentes de suas atividades e para atender as obrigações do contrato de concessão, com condições estabelecidas pela ANTT.

O contrato de concessão exige manter em vigor, no mínimo, os seguintes seguros: (i) seguro de danos materiais; (ii) seguro de responsabilidade civil; e (iii) seguro garantia do poder concedente.

Em 31 de março de 2025, a Companhia apresenta as seguintes coberturas de seguros contratadas com terceiros:

Modalidade	Cobertura	Vigência
Garantia de concessões públicas	487.563	abr/23 a mai/28
Risco operacional	350.000	jun/24 a dez/25
Responsabilidade civil	80.000	dez/24 a dez/26
Risco de administradores e diretores	40.000	abr/24 a out/25
Seguro de veículos	110% tabela FIPE	set/24 a set/25
Risco de engenharia – SAUs	50.814	jun/23 a mai/25
Responsabilidade civil obras – SAUs	15.000	jun/24 a nov/25

* * *